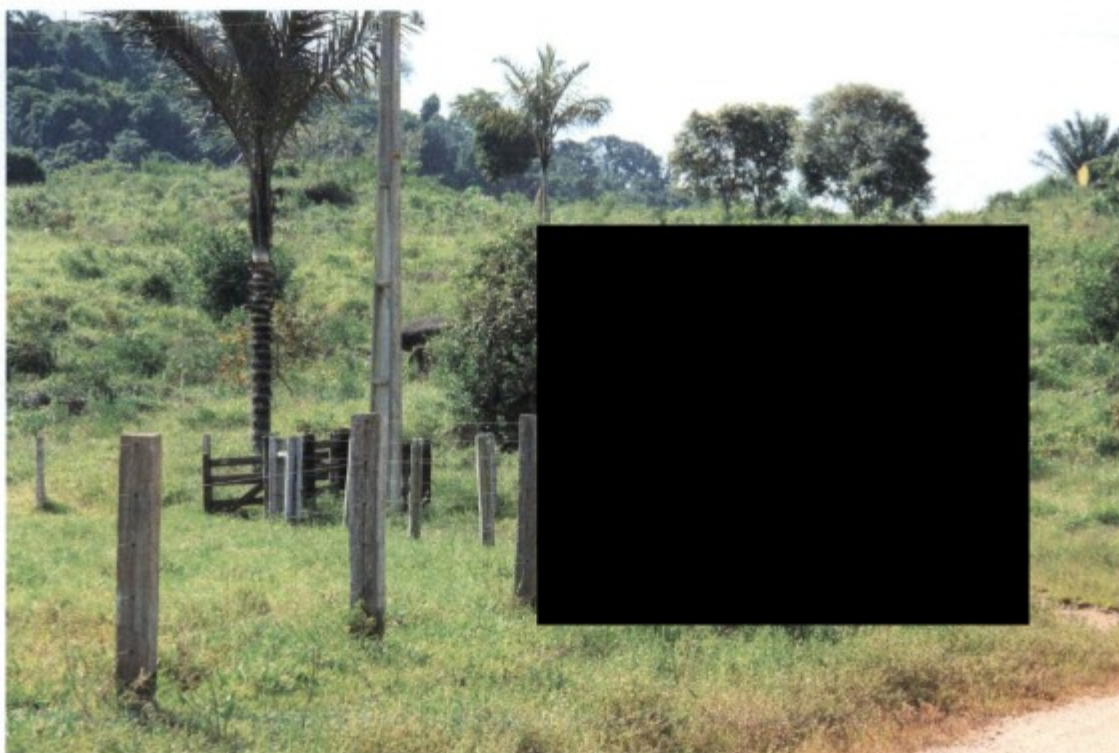




MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

FAZENDA RIO BRANCO



PERÍODO DA AÇÃO: 12/06/2012 a 22/06/2012

LOCAL: COORDENADAS GEOGRÁFICAS: S 06° 57' 110" W 050° 56' 491"

ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: CRIAÇÃO DE GADO

CNAE PRINCIPAL: 01.51-2-01

SISACTE Nº: 1412

OP 46/2012



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

ÍNDICE

EQUIPE	3
A) IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR FISCALIZADO	4
C) ATIVIDADE ECONÔMICA DA FAZENDA FISCALIZADA	5
D) RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	5
E) AÇÃO FISCAL	6
F) IRREGULARIDADES TRABALHISTAS	11
H) PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GEFM	13
H) CONCLUSÃO	14
ANEXOS	15



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

EQUIPE
(GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – GEFM)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

COORDENAÇÃO

[REDACTED]

SUBCOORDENAÇÃO

[REDACTED]

AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO

[REDACTED]

MOTORISTAS:

[REDACTED]

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO-PROCURADOR

[REDACTED]

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL:

[REDACTED]

[REDACTED]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

A) IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR FISCALIZADO

Empregador: [REDACTED]

CEI nº: 51.203.39856/82

CNAE principal: 01.51-2-01

Localização do Local Objeto da Ação Fiscal: Fazenda Rio Branco, Zona Rural,
Coordenadas Geográficas: S 06° 57' 110" W 050° 56' 491"

Endereço do empregador: [REDACTED]

Endereço para correspondência do escritório de advocacia fornecido pelo
empregador: [REDACTED]

Telefones: [REDACTED]

B) DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Empregados alcançados	15
Registrados durante ação fiscal	03
Resgatados – total	00
Mulheres registradas durante a ação fiscal	00
Mulheres resgatadas	00
Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Trabalhadores estrangeiros	00
Trabalhadores estrangeiros registrados durante ação fiscal	00
Trabalhadores estrangeiros resgatados	00
Trabalhadores estrangeiros – mulheres resgatadas	00
Trabalhadores estrangeiros – Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Trabalhadores estrangeiros – Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Guias de seguro desemprego do trabalhador resgatado	00



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

Valor bruto das rescisões	R\$ 0,00
Valor líquido recebido	R\$ 0,00
Valor dano moral individual	R\$ 0,00
Nº de autos de infração lavrados	08
Termos de apreensão de documentos	00
Termos de interdição lavrados	00
Termos de suspensão de interdição	00
Prisões efetuadas	00
CTPS emitidas	00

C) ATIVIDADE ECONÔMICA DA FAZENDA FISCALIZADA

A atividade econômica principal do estabelecimento rural fiscalizado é a criação de gado bovino para corte (CNAE),

D) RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS

Nº do AI	CIF	Ementa	Descrição	Capitulação
1 02024586-6		131147-6	Deixar de fornecer aos trabalhadores expostos a agrotóxicos equipamentos de proteção individual e/ou vestimentas adequadas aos riscos ou fornecer aos trabalhadores expostos a agrotóxicos equipamento de proteção individual e/ou vestimenta que propicie(m) d.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.9, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
2 02024587-4		131137-9	Deixar de proporcionar capacitação sobre prevenção de acidentes com agrotóxicos a todos os trabalhadores expostos diretamente. Fornecer aos trabalhadores expostos a agrotóxicos equipamento de proteção individual e/ou vestimenta de trabalho que não esteja(m) em perfeitas condições de uso e/ou devidamente higienizados ou deixar de responsabilizar-se pela	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.8 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
3 02024588-2		131148-4		art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.9, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

			descontaminação dos equipam. Deixar de disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador ou deixar de substituir as ferramentas disponibilizadas ao trabalhador, quando necessário. Permitir a manipulação de agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins em desacordo com a receita e/ou com as indicações do rótulo e bula.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.11.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005. art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.4 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
4	02024589-0	131202-2		
5	02024590-4	131133-6		
6	02024591-2	131182-4	Deixar de manter as embalagens de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins sobre estrados e/ou em pilhas estáveis e/ou afastadas das paredes e/ou afastadas do teto.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.18, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
7	02024585-8	000009-4	Reter, por mais de 48 (quarenta e oito) horas, CTPS recebida para anotação.	art. 53 da Consolidação das Leis do Trabalho.
8	02024584-0	000010-8	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.

E) AÇÃO FISCAL

A ação fiscal se desenvolveu a partir de planejamento de fiscalização da Divisão de Erradicação do Trabalho Escravo - DETRAE, inserida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, a qual designou Grupo Especial de Fiscalização Móvel - GEFM, com o objetivo de fiscalizar condições de trabalho análogo ao de escravo na região da Xinguara, Ourilândia do Norte e Tucumã no Pará.

A ação se iniciou em 14/06/2012, quando o GEFM se deslocou de Xinguara-PA até a Fazenda Rio Branco de propriedade do Sr. [REDACTED]

[REDACTED] O acesso à fazenda fiscalizada se dá através da rodovia PA 279, chegando-se em Ourilândia-PA, defronte de um posto de gasolina, do lado esquerdo à uma estrada de piçarra (estrada Araguaxi, zona rural de Ourilândia do Norte-PA, anda-se cerca de 43 Km até a sede da fazenda. Há uma placa de identificação da fazenda Rio Branco.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM



Ao chegarmos à fazenda Rio Branco encontramos o proprietário Sr. [REDACTED] o qual após nos identificarmos como membros do Grupo Especial de Fiscalização Móvel-GEFM nos informou que reside na própria fazenda Rio Branco com área de cerca de 3.600 (três mil e seiscentos) alqueires onde explora a atividade de criação de gado para corte e que possui cerca de 3500 (três mil e quinhentas) cabeças.

Segundo o Sr. [REDACTED] ele próprio é quem gerencia todas as atividades relacionadas ao empreendimento, desde a contratação de pessoal até a venda do produto final. Durante este primeiro contato ele nos informou que na propriedade havia 15 trabalhadores em atividades alojados em 04(quatro) alojamentos distribuídos no interior da fazenda.

Instado a nos mostrar os alojamentos e as frentes de trabalho o Sr. [REDACTED] se prontificou de pronto a nos acompanhar. Seguimos então ao primeiro alojamento onde residiam 03 (três) trabalhadores.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM



Foto 2; 3 e 4. Alojamento onde residiam três trabalhadores

Este alojamento era de madeira, com piso de cimento e telhado de fibra de cimento, possuía instalações sanitárias e água proveniente diretamente de uma fonte que descia por gravidade encanada até o alojamento. Este alojamento estava em boas condições de conforto e higiene.





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM**

Em seguida nos encaminhamos à frente de trabalho dos três trabalhadores que estavam alojados neste local. Os trabalhadores estavam trabalhando a cerca de 1500 metros no roço de juquira e na aplicação de agrotóxico.



Foto 5: Trabalhadores sendo entrevistados na frente de serviço.

Ao encontramos os trabalhadores verificamos que os mesmos estavam trabalhando no roço de juquira e aplicando agrotóxico sem a utilização de vestimentas e Equipamentos de Proteção Individual adequados ao risco.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM**



Fotos 6 e 7: trabalhador aplicador de agrotóxico sem EPI

Após a entrevista com este grupo de trabalhadores percorremos a propriedade e verificamos que os outros alojamentos estavam em tão boas condições quanto o primeiro.



Fotos 8 e 9: segundo alojamento



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM



Fotos 10 e 11: terceiro alojamento.

F) IRREGULARIDADES TRABALHISTAS

As situações irregulares constatadas pela fiscalização motivaram a lavratura de 8 (oito) autos de infração em desfavor do empregador Sr. [REDACTED]

1. Deixar de fornecer aos trabalhadores expostos a agrotóxicos equipamentos de proteção individual e/ou vestimentas adequadas aos riscos.

Verificamos que os empregados aplicavam o herbicida PADRON em desacordo com a Norma Regulamentadora nº 31, trajando roupas pessoais em contato direto com o defensivo. No curso da inspeção, constatamos que os empregados "batiam veneno nas cabeças de tocos de árvores cortadas" sem utilizarem luvas, máscaras e vestimentas apropriadas para a aplicação de agrotóxicos. As roupas dos trabalhadores estavam manchadas de cor lilás, proveniente do agrotóxico PADRON, assim como várias partes do corpo, tais como mãos, dedos e unhas.

Essa infração ensejou a lavratura do **Auto de Infração n.º 02024586-6**

2. Deixar de proporcionar capacitação sobre prevenção de acidentes com agrotóxicos a todos os trabalhadores expostos diretamente.

verificamos que os empregados aplicavam o herbicida PADRON em desacordo com a Norma Regulamentadora nº 31 sem a CAPACITAÇÃO SOBRE PREVENÇÃO DE ACIDENTES COM AGROTÓXICOS. Durante o curso da ação fiscal o estabelecimento foi notificado a apresentar no dia 18/06/2012 os comprovantes de treinamento com agrotóxico fornecido aos empregados expostos diretamente.

Essa infração ensejou a lavratura do **Auto de Infração n.º 02024587-4**



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

3. Deixar de responsabilizar-se pela descontaminação dos equipamentos de proteção individual e/ou das vestimentas de trabalho dos trabalhadores expostos a agrotóxicos ao final de cada jornada de trabalho.

Verificamos que O EMPREGADOR DEIXA DE RESPONSABILIZAR-SE PELA DESCONTAMINAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E VESTIMENTAS DE TRABALHO utilizados durante a aplicação dos defensivos/agrotóxicos agrícolas. Constatamos, durante a inspeção, que no estabelecimento não havia local apropriado para descontaminação de vestimentas e equipamentos de proteção individual. Verificamos ainda que os empregados levavam para suas moradias e eram responsáveis pela higienização das roupas pessoais utilizadas na aplicação dos defensivos, o que muitas vezes era feito pelas esposas dos mesmos, em córregos de água, sem qualquer proteção contra contaminação.

Essa infração ensejou a lavratura do **Auto de Infração n.º 02024588-2**

4. Deixar de disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador ou deixar de substituir as ferramentas disponibilizadas ao trabalhador, quando necessário.

verificamos que os empregados declararam adquirir com meios próprios as suas ferramentas de trabalho. Tal irregularidade foi devidamente comprovada por meio da análise do caderno de anotação do empregador, o qual constava todos os descontos realizados pelo empregador no salário dos trabalhadores referentes aos valores de ferramentas tais como esporas, celas, esmeril e roçadeira. Essa situação também foi confirmada pelo empregador à equipe de fiscalização.

Essa infração ensejou a lavratura do **Auto de Infração n.º 02024589-0**

5. Permitir a manipulação de agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins em desacordo com a receita e/ou com as indicações do rótulo e bula.

verificamos que o empregador permitiu a manipulação do agrotóxico PADRON em desacordo com as indicações da bula, quais sejam "PRECAUÇÕES NO MANUSEIO: use protetor ocular, use máscara cobrindo o nariz e a boca, use luvas de borracha, use macacão com mangas compridas, chapéu aba larga, óculos ou viseira facial, luvas, botas, avental impermeável e máscara apropriada" e "INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO DO PRODUTO, VISANDO A CONSERVAÇÃO E PREVENÇÃO CONTRA ACIDENTES: o local deve ser exclusivo para produtos tóxicos, devendo ser isolado de alimentos, bebidas, rações ou outros materiais". Durante a ação fiscal, os empregados foram encontrados com marcas no corpo e nas roupas pessoais do herbicida PADRON e declararam não terem recebido vestimenta para aplicação do defensivo.

Essa infração ensejou a lavratura do **Auto de Infração n.º 02024590-4**



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

6. Deixar de manter as embalagens de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins sobre estrados e/ou em pilhas estáveis e/ou afastadas das paredes e/ou afastadas do teto.

O empregador armazenava parte das embalagens de agrotóxicos, dentre eles PADRON, PLENUM e DOMINUM, diretamente sobre o piso de terra e encostado nas paredes do depósito, deixando de armazená-los sob estrados e afastados das paredes, conforme determinação legal.

Essa infração ensejou a lavratura do **Auto de Infração n.º. 02024591-2**

7. Reter, por mais de 48 (quarenta e oito) horas, CTPS recebida para anotação.

O empregador mantinha em seu poder, na sede de sua fazenda, 10 (dez) Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de empregados, alguns que estão em atividades e outros com término de contrato em diversas datas, não tendo devolvido as mesmas no prazo legal aos empregados.

Essa infração ensejou a lavratura do **Auto de Infração n.º. 02024585-8**

8. Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.

Os empregados eram contratados diretamente pelo empregador para realizarem atividades de vaqueiro, roço de juquira e aplicação de herbicida, atividades essenciais para atividade de criação de gado de corte. Segundo declararam, os trabalhadores laboravam de segunda-feira à sábado; e pactuaram com o empregado salário por produtividade ou fixo, de acordo a função executada. A prestação de serviço era pessoal, ou seja, os empregados mantinham relação de pessoalidade com o empregador, não podendo fazer-se substituir. Empregados prejudicados: 1. [REDACTED] atividade roço e aplicação de veneno, admitido em 11.06.2012; 2. [REDACTED] atividade roço e aplicação de veneno, admitido em 01.06.2012; 3. [REDACTED] trabalhador rural, admitido em 11.06.2012;

Essa infração ensejou a lavratura do **Auto de Infração n.º. 02024584-0**

H) PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GEFM

Em 15.06.2012, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel - GEFM, após realizar inspeção nas áreas de vivência e nas frentes de trabalho na propriedade do Sr. [REDACTED] constatou algumas irregularidades que foram objeto de autuação conforme especificado no tópico acima. Foi tomado a termo depoimentos de trabalhadores (em anexo) e emitido Notificação para Apresentação de Documentos – NAD, a qual foi recebida pelo empregador.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

No dia e hora marcada o Sr. [REDACTED] compareceu nas instalações do Fórum de Justiça de Tucumã-PA, levando consigo a documentação solicitada, ocasião em que fez o registro de três trabalhadores que haviam sido identificados sem registro. Recebeu os Autos de infrações

H) CONCLUSÃO

Constatamos que as condições de moradia, trabalho, saúde, segurança, higiene e conforto dos trabalhadores contratados para as atividades de criação de gado e manutenção da propriedade, conforme já relatado no corpo deste relatório, eram bastante razoáveis e não aviltavam a dignidade do ser humano, havendo tão somente irregularidades trabalhistas que foram objeto de autuações específicas.

Brasília, DF, 05 de julho de 2012

[REDACTED]
coordenador